MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 405/74

de 3 de Julho

Manda o Governo Provisório da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 448/72, de 13 de Novembro, aprovar e pôr em vigor a seguinte alteração ao orçamento privativo das forças aéreas ultramarinas de S. Tomé e Príncipe para o ano de 1974:

Capítulo	Artigos	Designação	Anulações	Reforços
1.º		Despesas correntes		
	2.º	Remunerações em espécie	—\$—	150 000\$00
	7.º	Aquisição de serviços	150 000\$00	—\$—

Ministério da Defesa Nacional, 17 de Junho de 1974. — O Ministro da Defesa Nacional, *Mário Firmino Miguel*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *Almeida Santos*.

**MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO
INTER TERRITORIAL**

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 406/74

de 3 de Julho

Tendo em consideração o artigo 1.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio;

Nos termos do § 2.º do artigo 136.º da Constituição Política:

Manda o Governo Provisório da República Portuguesa, pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, pôr em vigor nas províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 212/74, de 21 de Maio, que dá nova redacção ao artigo 365.º do Código de Justiça Militar.

Ministério da Coordenação Interterritorial, 24 de Junho de 1974. — O Ministro da Coordenação Interterritorial, *António de Almeida Santos*.

Para ser publicada nos *Boletins Oficiais* de todas as províncias ultramarinas. — *Almeida Santos*.

Portaria n.º 407/74

de 3 de Julho

Tendo em consideração o artigo 1.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio;

Nos termos do § 2.º do artigo 136.º da Constituição Política:

Manda o Governo Provisório da República Portuguesa, pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, pôr em vigor nas províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 238/74, de 3 de Junho, que autoriza as exportações de pedras e metais preciosos, bem como qua-

dro e objectos de arte que não sejam classificados como antiguidades.

Ministério da Coordenação Interterritorial, 24 de Junho de 1974. — O Ministro da Coordenação Interterritorial, *António de Almeida Santos*.

Para ser publicada nos *Boletins Oficiais* de todas as províncias ultramarinas. — *Almeida Santos*.

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 408/74

de 3 de Julho

Manda o Governo Provisório da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Económicos, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar com a importância de 70 000\$ a verba do capítulo 11.º, artigo 325.º «Exercícios findos — Para pagamento das despesas de exercícios findos referidas no artigo 57.º do Decreto n.º 17 881, de 11 de Janeiro de 1930, e legislação que posteriormente aditou ou alterou tal disposição — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província de Cabo Verde para o ano económico corrente, tomando como contrapartida disponibilidades de igual montante do capítulo 10.º, artigo 322.º «Encargos gerais — Saldo orçamental», da mesma tabela de despesa.

Ministério da Coordenação Interterritorial, 20 de Junho de 1974. — O Secretário de Estado dos Assuntos Económicos, *Fernando de Castro Fontes*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. — *Fernando de Castro Fontes*.